

Orçamento de 93 será 22% mais magro

Jamil Bittar — 8/11/89

BRASÍLIA — O Orçamento da União de 1993 terá menos dinheiro ainda para as estradas, telecomunicações, universidades, centros de pesquisa, Forças Armadas, cafezinho, papel e demais despesas de custeio e investimento do governo federal. Todas essas despesas sofrerão corte de 22% em relação ao já magro orçamento de 1992. A má notícia foi dada ontem pelo secretário nacional de Planejamento, Pedro Parente, responsável pela elaboração do projeto de Lei Orçamentária, que será encaminhado ao Congresso até o dia 31 de agosto. Ele avisa que este quadro de penúria só poderá ser alterado se a reforma fiscal for aprovada pelos parlamentares para vigorar a partir de janeiro do próximo ano, irrigando novamente os cofres da União.

A explicação para o orçamento de 93 ser menor que o de 92 está principalmente na Lei 8.200, aprovada em



Parente: arrocho continua

junho de 1991 pelo Congresso em uma confusa votação. Uma emenda colocada de última hora no texto de um projeto do Executivo permitiu que as empresas mudassem o indexador de seus balanços depois do Plano Collor II, reduzindo o lucro registrado e pagando menos imposto. A Telembrás, por exemplo, teve seu lucro contábil reduzido de US\$ 1,2 bilhão para US\$ 200 milhões.

Em 1993, esta perda está prevista em Cr\$ 2,2 trilhões (a preços de abril), reduzindo as verbas de investimento e custeio de Cr\$ 7,2 trilhões para pouco menos de Cr\$ 5 trilhões. Salvam-se do corte os setores de Saúde, Educação e algumas áreas de assistência social, que têm receitas vinculadas ao Finsocial, que poderá ter ainda o reforço de uma decisão do Supremo Tribunal Federal favorável ao governo.

A perda também será agravada pela mudança da legislação da Previdência. Em 1992, a Previdência cobriu 55% dos benefícios pagos aos pensionistas da União, mas em 1993 a cobertura máxima será de 40%, ficando os 60% restantes por conta do Tesouro Nacional, retirando mais uma fatia das verbas ordinárias do governo federal. A outra causa da caixa baixa foi a cobrança antecipada, neste semestre, de 75% do imposto que as empresas só deveriam pagar em 1993.

O orçamento da União está sendo elaborado de acordo com a atual legislação, e não leva em conta possíveis benefícios advindos da reforma fiscal. Se esta for aprovada no Congresso, a destinação da receita extra será feita através de projetos de créditos adicionais enviados ao Congresso Nacional, segundo Pedro Parente.